

EDITORIAL

A indústria de dispositivos médicos muitas vezes é acusada de ser a responsável pelo aumento dos custos da saúde, tanto privada como pública. A Inflação Médica, no entanto, se dá por diversos fatores, como por exemplo, a inclusão determinada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) de procedimentos obrigatórios no rol das operadoras de planos de saúde e seguradoras, a situação econômica do país, a inflação e, claro, a variação de custos médicos hospitalares.

Por ser um assunto polêmico e que merece uma discussão ampla e sem pré-julgamentos, esta edição do Inovação traz um artigo sobre Inflação Médica, assinado por José Márcio Cerqueira Gomes, diretor executivo da ABIIS, com o objetivo de fomentar o debate sobre esse tema relevante para o nosso setor.

Além disso, apresentamos uma nova editoria intitulada Relações Governamentais, que como o próprio nome indica, traz um panorama geral das ações da ABIIS junto à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

Esperamos que apreciem mais essa edição.

Boa leitura!

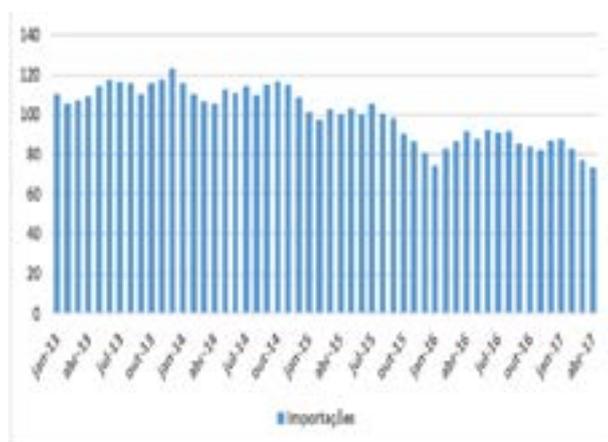
Carlos Eduardo P. L. Gouvêa
DIRETOR PRESIDENTE DA ABIIS

SETOR EM NÚMEROS

IMPORTAÇÕES DE DISPOSITIVOS MÉDICOS

No primeiro quadrimestre de 2017, as importações de dispositivos médicos tiveram recuo, de 13,6% em valor, em relação ao mesmo período de 2016. Cerca de R\$ 1.345 milhões frente a R\$ 1.556 milhões. No acumulado de 12 meses as importações tiveram um recuo de 7,1%, comparado com os 12 meses anteriores. A metodologia de levantamento de dados de importações de dispositivos médicos foi alterada em junho de 2016, em virtude das mudanças na listagem de produtos da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM.

Importações Média móvel trimestral
Número índice mensal sem ajuste sazonal (2012=100)





13ª Reunião do GECIS

EM MOVIMENTO

COMISSÃO ESPECIAL DEBATE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA SAÚDE BRASILEIRA

O Diretor Presidente da ABIIS, Carlos Eduardo P. L. Gouvêa, participou, no último dia 25 de abril, das discussões da Comissão Especial de Inovação Tecnológica sobre o processo de inovação e incorporação tecnológica no complexo produtivo da saúde. O debate foi sugerido pelo relator da comissão, deputado Hiran Gonçalves (PP-RR).

Atualmente, uma parcela importante do mercado de insumos e dispositivos médicos depende de importações, em parte, devido ao baixo nível de complexidade tecnológica nacional. Entre os objetivos do encontro está o de propor mudanças que facilitem o acesso a novas tecnologias e aumentem a participação da indústria brasileira neste mercado. Constatou-se também a necessidade de haver uma maior interação entre a indústria de saúde e Instituições de Pesquisa Científica e Tecnológica (ICTs).

Além do Diretor Presidente da ABIIS, participaram dos debates o diretor institucional da Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios (ABIMO), Marcio Bósio e o presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Produtos para a Saúde (ABIMED), Carlos Alberto Goulart.

ABIIS PARTICIPA DE REUNIÃO DO GRUPO EXECUTIVO DO COM- PLEXO INDUSTRIAL DE SAÚDE

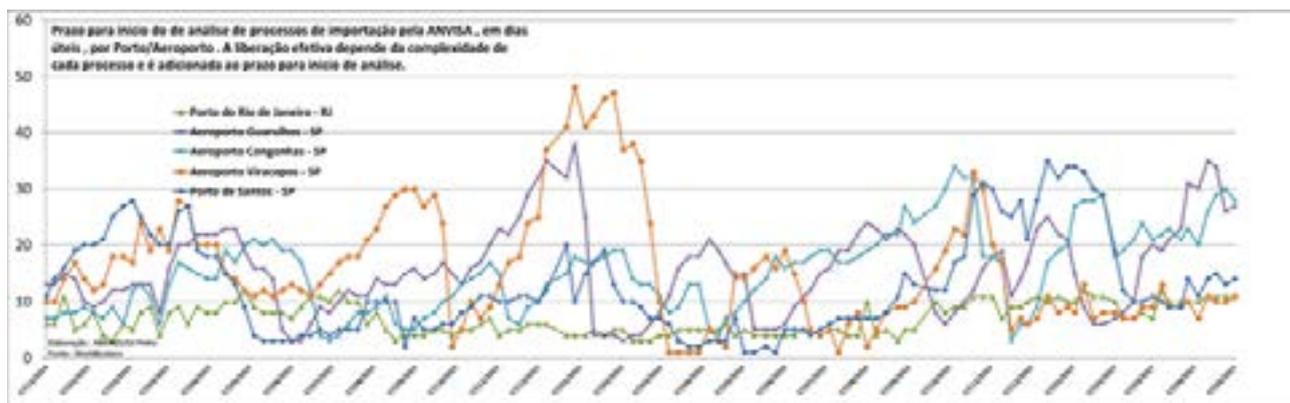
No último dia 27 de abril foi realizada a 13ª reunião do Grupo Executivo do Complexo Industrial de Saúde (GECIS). Durante o evento foi anunciado o lançamento do Brasil Mais Produtivo Saúde, uma parceria dos Ministérios da Saúde e da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, com o objetivo de aumentar a produtividade das empresas brasileiras na área da saúde e fortalecer o desenvolvimento desse setor no País.

Carlos Eduardo P. L. Gouvêa, Diretor Presidente da ABIIS participou do encontro que trouxe ainda um balanço das reuniões já realizadas e dos encaminhamentos definidos. Gouvêa também aproveitou a oportunidade para ter uma audiência privada com o Ministro da Saúde, Ricardo Barros, para falar sobre o impacto regulatório; a importância da tecnologia na otimização dos processos em saúde e redução de custos no sistema; e dos problemas ocasionados pelos atrasos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) na importação de dispositivos médicos em portos, aeroportos e fronteiras (PAFs).

O Diretor Presidente da ABIIS também conversou com o Ministro sobre o Catálogo de Produtos para Saúde e-Health. A pesquisa nacional para levantar informações junto às suas associadas e ao mercado de saúde em geral, sobre dispositivos médicos que se utilizam de tecnologias de comunicação e informação, caracterizados como "e-saúde", "saúde eletrônica" ou "saúde digital", já está disponível no [link](#) por meio do site da ABIIS.

ATRASOS COM IMPORTAÇÕES CONTINUAM A GERAR PREJUÍZOS PARA A INDÚSTRIA DE DISPOSITIVOS MÉDICOS

No mês de maio de 2017, os atrasos com importações em portos, aeroportos e fronteiras (PAFs) mantiveram-se estáveis em relação ao mês de abril, com exceção dos aeroportos de Congonhas - que obteve ligeiro aumento de 26 para 28 dias - e o de Guarulhos, que obteve queda de 35 para 27 dias. Os atrasos da ANVISA, no entanto, continuam gerando prejuízos para a indústria de dispositivos médicos. Somente em 2016, o custo com produtos parados nas alfândegas brasileiras chegou a R\$ 660,50 milhões.



RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

A ABIIS avalia constantemente oportunidades de aperfeiçoamento normativo, monitorando atualmente 2.107 (duas mil, cento e sete) proposições legislativas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, merecendo destaque os seguintes projetos de lei:

- PL 380/2015, que dispõe sobre a regulamentação econômica do setor de órteses, próteses, produtos para a saúde e inclui na competência da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED a fixação e ajustes de preços do setor. Atualmente, a proposta aguarda análise pela Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF da Câmara dos Deputados.
- PL 2453/2015, que trata da criação do Sistema de Educação Permanente em Novas Tecnologias e Dispositivos Médicos no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Atualmente, a matéria encontra-se com o Relator Dep. Geraldo Resende (PSDB/MS) na CSSF da Câmara.
- PL 717/2003, dispõe sobre a sujeição dos produtos importados às normas de certificação de conformidade da Regulamentação Técnica Federal. A proposta tramita em regime de urgência e aguarda Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC; Matéria pronta para deliberação no Plenário da Câmara.
- PL 3946/2012, que permite a aquisição de produto ou processo inovador gerados por políticas de fomento à pesquisa e desenvolvimento e inovação tecnológica. Atualmente, a matéria encontra-se com o Relator Dep. Augusto Coutinho (SD/PE), para reexame de seu parecer na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara.
- PLS 415/2015, que altera a Lei Orgânica da Saúde (8.080/1990) para tornar obrigatória a definição em regulamento e a divulgação do indicador ou parâmetro de custo-efetividade utilizado na análise das solicitações de incorporação de tecnologia, além de determinar a aleatoriedade e publicidade na distribuição dos processos às instâncias responsáveis por essa análise. Atualmente, a proposta aguarda análise pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.
- PL 221/2015, que tipifica a obtenção de vantagem pelo encaminhamento de procedimentos, pela comercialização de medicamentos, órteses, próteses ou implantes de qualquer natureza. Atualmente, a matéria aguarda apresentação de parecer pelo Relator, Dep. Geraldo Resende (PSDB/MS), na CSSF da Câmara.
- PLS 653/2011, altera o Código Penal, para criminalizar a venda, importação e o descarte irregular de resíduo hospitalar. A proposta encontra-se com a Relator, Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), que analisará a matéria no âmbito da comissão da reforma do Código Penal Brasileiro do Senado Federal.
- PL 1539/2015, que estabelece a obrigatoriedade de realização de Análise de Impacto Regulatório - AIR pelas Agências Reguladoras no âmbito da Administração Federal. A matéria aguarda designação de Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara.
- PL 6621/2017, que dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras. Atualmente, a matéria aguarda Constituição de Comissão Temporária pela Mesa na Câmara. O Projeto já foi aprovado no Senado Federal (PLS 52/2013).



EM FOCO

ESSA CONTA NÃO É NOSSA!

José Márcio Cerqueira Gomes, diretor executivo da ABIIS

Entra ano e sai ano e o nosso setor é bombardeado com acusações relativas à chamada inflação médica. Como se o aumento dos custos de atenção à saúde fossem responsabilidade exclusiva dos fornecedores de dispositivos médicos.

Diante desse quadro, temos que ir atrás de fatos, de dados. É fácil culpar, apontar o dedo, especialmente em momentos de instabilidades generalizadas. Por isso faço algumas reflexões para auxiliar na compreensão de questão tão polêmica.

Quando se colocam todos os custos de assistência médica e odontológica na mesma cesta, observamos distorções importantes ao diluir serviços e produtos. Segundo dados da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, os custos assistenciais de consultas são de 28% do total. Ou seja, já de imediato podemos aferir que quase um terço de todo o custo assistencial dos planos médicos e odontológicos referem-se a atividades que são basicamente prestação de serviços, com um mínimo de participação de produtos. Some-se a isso a relevância do percentual do custo de serviço em internações hospitalares e ações de prevenção de doenças e promoção da saúde cada vez mais adotadas pelas operadoras e incentivadas pela ANS.

Ainda segundo números divulgados pela Agência, quase 50% das internações são clínicas e não cirúrgicas, o que eleva o peso dos custos de serviços hospitalares em relação dos produtos e equipamentos utilizados.

Adicionalmente a essa questão do peso que “serviços” possuem nos gastos do setor, é importante lembrarmos que especificamente nas compras públicas, os preços dos dispositivos médicos ou têm preços fixos ou são adquiridos por meio de licitações. São situações em que os fornecedores dificilmente conseguem exercer pressão por aumento de preços, uma vez em que se ganha normalmente o menor valor (no caso das licitações), ou se atende ao valor definido pelo comprador (no caso de tabelas pré-fixadas).

Levando-se em consideração exclusivamente esses dois fatores: a relevância dos serviços e a restrição de aumentos em compras públicas, já é possível nos munirmos de coragem e argumentos para mostrar que não é justo sermos apontados como o grande, ou quase o único, responsável pela malfadada inflação médica.

Levantamento da ABIIS indica que no acumulado do ano (janeiro a março de 2017), em relação ao mesmo período do ano anterior, os preços de artigos ortopédicos sofreram queda de 0,63%, enquanto que o IPCA atingiu a marca de 0,96% no período em questão.

Os reajustes dos preços de hospitalização e cirurgia (0,96%); de radiografia (1,18%) e exames de laboratório (2,17%) foram iguais ou superiores à variação do IPCA no período. A taxa de câmbio real em relação ao dólar, deflacionada pelo IPA, teve valorização de 14,8% em março de 2017, em relação a março de 2016.

Mas ainda é possível ir além.

Sabemos que parte significativa dos insumos ou dos dispositivos médicos finais são importados e, conseqüentemente, estão sujeitos às variações cambiais e aos custos diretos e indiretos das importações no Brasil. Foge completamente ao nosso controle e poderia ter um impacto financeiro minimizado caso o país criasse ferramentas de desburocratização e modernização dos processos de entrada no país.

E por último, mas não menos importante do que as questões anteriores, vemos a falta de estímulos reais à inovação como um fator que dificulta diminuir custos sem abrir mão da qualidade e resolutividade dos tratamentos. Ao contrário, há situações em que temos acenos que desestimulam ainda mais a inovação no setor, como a intenção de se criar um controle de preços de dispositivos médicos e falta de contrapartidas interessantes às empresas com investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Enfim, quando falo que os segmentos representados pela ABIIS não são vilões nos aumentos dos custos médicos e odontológicos, falo com confiança e sugiro que vocês também estejam preparados e confiantes para defenderem esse ponto, pois, à medida em que nos calamos, permitimos que outros agentes saiam de fininho e deixem toda a conta para nós pagarmos.

EXPEDIENTE:

Boletim mensal produzido pela LVBA Comunicação em parceria com a ABIIS – Aliança Brasileira da Indústria Inovadora em Saúde.

Redação: Juliana Caramelo / Projeto gráfico:- Laika Design / Diagramação: LVBA.

www.abiis.org.br

Tel: (61) 3033-4402

E-mail: diretoria@abiis.org.br

